

ANO XVIII N. 115 18/9/2020

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

[RESOLUÇÃO CNJ N. 339, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Dispõe sobre a criação e funcionamento do Comitê Executivo Nacional dos Núcleos de Ações Coletivas – NAC, dos Núcleos de Ações Coletivas – NACs e dos cadastros de ações coletivas do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais de Justiça estaduais e do Distrito Federal e dos Territórios.

(DJe/CNJ 10/9/2020, p. 2-5)

[RESOLUÇÃO CNJ N. 340, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Altera a Resolução CNJ n. 88/2009, que dispõe sobre a jornada de trabalho no âmbito do Poder Judiciário, o preenchimento de cargos em comissão e o limite de servidores requisitados.

(DJe/CNJ 10/9/2020, p. 5)

[RESOLUÇÃO CNJ N. 343, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Institui condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição e dá outras providências.

(DJe/CNJ 10/9/2020, p. 7-11)

[RESOLUÇÃO CNJ N. 344, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial.

(DJe/CNJ 10/9/2020, p. 11-14)

[RECOMENDAÇÃO CNJ N. 75, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020](#)

Recomenda a regulamentação, pelos tribunais, do direito à compensação por assunção de acervo.

(DJe/CNJ 10/9/2020, p. 14-15)

RECOMENDAÇÃO CNJ N. 76, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre recomendações a serem seguidas na gestão dos processos, em termos de ações coletivas, no âmbito do Poder Judiciário.

(DJe/CNJ 10/9/2020, p. 15-17)

PORTARIA CNJ N. 190, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

Institui o Grupo de Trabalho denominado “Observatório dos Direitos Humanos no Poder Judiciário” e dá outras providências.

(DJe/CNJ 18/9/2020, p. 2-3)